

DISCURSOS SOBRE A JUVENTUDE NA MÍDIA IMPRESSA EM GOIÁS

Gardene Leão de Castro Mendes

Professora efetiva na Faculdade de Comunicação Social - UFG;
Mestre em Educação; Pós-Graduada em Juventude; Pós-
Graduada em Assessoria de Comunicação.

*“Nessa terra de gigantes
Que trocam vidas por diamantes
A juventude é uma banda
Numa propaganda de refrigerantes...”
Engenheiros do Havaii*

O presente estudo buscou verificar como os jovens são significados pela mídia impressa goiana, analisando, especificamente, a cobertura do jornal *Daqui*¹ durante os meses de fevereiro, março e abril de 2010², por este ser um importante veículo formador de opinião em Goiás, tendo a primeira maior tiragem de jornais impressos distribuídos no Estado.

Ele se inicia com o refrão da música “Terra de Gigantes”, da banda “Engenheiros do Havaii”, para dizer da motivação inicial para realização desta pesquisa: meu trabalho com a juventude. Desde 2004, faço parte da equipe da Casa da Juventude Pe.Burnier³, acompanhando diversas atividades e eventos de formação para, com e sobre as juventudes. Na instituição, cotidianamente convivi com relatos de jovens pobres moradores das periferias urbanas que foram abordados e humilhados devido à sua cor de pele, ao tipo de roupas que usam, à localização dos bairros onde vivem etc. Isso me fez enxergar a realidade dos jovens com novos olhos, fazendo com que as causas da organização se tornassem parte de minha atuação e do meu projeto de vida.

¹ Jornal de formato [tablóide](#) publicado e distribuído pela [Organização Jaime Câmara](#), com grande penetração nas classes C e D da capital. É conhecido por fazer uma abordagem sensacionalista e popularesca em suas reportagens, além de suas promoções de troca de selos por brindes e de seu baixo custo.

² A escolha deste período de análise se deu em um contexto de intensas denúncias feitas pelo Ministério Público de Goiás alertando para o aumento contínuo do extermínio de jovens no Estado e devido à impossibilidade de consulta a um arquivo com edições anteriores do *Daqui* na Organização Jaime Câmara.

³ Organização civil, de utilidade pública, sem fins lucrativos, filiada a AJEAS (Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social), com mais de 26 anos de atuação, pesquisa, mobilização e defesa dos direitos da juventude, localizada em Goiânia, Goiás.

A partir desta vivência, descobri que, como os versos da banda “Engenheiros do Havaii” apontam, muitas vezes a juventude não é representada a partir de sua diversidade. Como “uma banda numa propaganda de refrigerantes”, os jovens muitas vezes acabam sendo caracterizados como vazios, sem “conteúdo” ou sem posicionamento crítico, sofrendo diversos tipos de violência, de torturas e de maus-tratos.

Segundo Waiselfisz (2011), coordenador da pesquisa “Mapas da Violência 2011”, nos últimos anos (2004/2008), no Brasil, há um aumento assustador do número de homicídios de jovens. Em Goiânia, nos últimos anos, segundo dados da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, os casos de violência contra jovens aumentaram consideravelmente. De acordo com as informações da comissão, em pouco mais de dois anos foram registrados 117 homicídios cuja autoria é atribuída a policiais militares. Das 117 vítimas, 48,7% (57 pessoas) não tinham passagem pela polícia (A NOVA DEMOCRACIA, 2007, p.33).

No ano de 2006, especificamente, foi fundado o *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial Contra Jovens*, formado por famílias de jovens vítimas da violência policial, destinado a divulgar desaparecimentos e execuções cometidas pela polícia e exigir a investigação e punição dos responsáveis.

Os casos de violência contra jovens continuaram acontecendo em Goiás, até que, em fevereiro de 2011, vieram à tona várias denúncias de casos de execução de jovens devido à formação de um grupo de extermínio em atuação no Estado há mais de 10 anos envolvendo policiais militares. O jornal *Diário da Manhã* descreve o caso:

Dezenove policiais militares goianos foram presos ontem (dia 15) em operação da Polícia Federal por integrarem grupo de extermínio. Investigados são suspeitos de formação de quadrilha, prevaricação, homicídio e ocultação de cadáver. Os crimes ocorreram em cinco diferentes municípios. Entre 40 e 50 foram mortos em 15 anos... Além da violação de direitos humanos, Goiás figura entre os nove Estados da Federação que ainda investigam crimes que envolvem policiais com grupos de extermínio... Não é verdade que os grupos de extermínio matam só bandidos. Às vezes isso é falado para conquistar a população. Temos vítimas inocentes que, na ação deste grupo, foram mortas, que não tinham nada a ver com o caso. Provavelmente vítimas que foram mortas por estarem no local errado, na hora errada. “Não podemos tolerar estes delitos, principalmente cometidos por pessoas que devem nos proteger”. A Polícia Federal e a Secretaria de Segurança Pública de Goiás promoverão buscas às pessoas desaparecidas após as abordagens policiais... (LIMA; LIMA, 2011, p.1).

Após levantamento de dados, a denúncia é que o número de jovens desaparecidos em Goiás, após abordagem policial nos últimos dez anos, é maior que o número de desaparecidos políticos goianos durante o regime militar. Ainda segundo os depoimentos, os policiais que mataram em supostos confrontos com “bandidos” foram agraciados com medalhas e gratificações, já que sua conduta foi apoiada por membros do alto escalão da polícia e não foi questionada pelos vários setores da sociedade.

Mesmo comparecendo enquanto vítimas da violência, como nos casos de extermínio relatados em Goiás; contraditoriamente os jovens são identificados por várias instituições como arruaceiros, violentos ou perigosos. Estes estereótipos servem como justificativa para a defesa de campanhas promovidas por políticos e instituições, como o caso da proposta da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos⁴, que não condiz com a condição juvenil brasileira, já que, como nos informa o Instituto Cidadania (2004)⁵, dos crimes praticados em nosso país, somente 10% são cometidos por jovens, sendo que apenas 1,09% desta população tem participação em crimes mais violentos.

Na sociedade atual, a juventude acaba sendo “coisificada”, tornada, ao mesmo tempo, um fator de risco e de perigo, ou então proclamada como ideal cultural - todas as gerações querem ser ou parecer ser cada vez mais jovens. Vivendo em uma realidade paradoxal, os jovens carregam para si o peso de sempre serem belos, produtivos e, principalmente, consumidores ativos, atendendo às expectativas do mercado e do mundo adulto. Contudo, se nem todos os jovens conseguirem alcançar este ideal, o que sobra para a grande maioria são estereótipos construídos por uma sociedade narcísica que procura “moldar” e enquadrar o jovem à sua imagem e semelhança.

Os meios de comunicação, importantes produtores de formações discursivas dominantes que perpassam o imaginário social, retratam a juventude a partir destes estereótipos pré-fixados, utilizando-se, em vários casos, de argumentos e representações genéricas, conforme relata Carmo (2001, p.11): “no Brasil, a preocupação com o jovem pobre da periferia das grandes cidades muitas vezes surge quando se querem lembrar as cifras alarmantes de violência”.

⁴ A reforma da maioridade penal no Brasil refere-se aos diferentes esforços visando a redução da idade para a penalização criminal de jovens de 18 para 16 anos. É uma proposta controversa e contrária ao que rege a atual legislação brasileira, segundo o artigo 27 do Código Penal, artigo 228 da Constituição Federal de 1988 e o artigo 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n° 8.069/90).

⁵ O Projeto Juventude, publicado pelo Instituto Cidadania, em 2004, realizou um conjunto inédito de pesquisas sobre a juventude brasileira. Estas ações integraram um programa de governo posterior que trouxe significativas contribuições ao debate sobre as políticas públicas de juventude no país.

Diante desta realidade, sabendo da importância da mídia enquanto instituição produtora de discursividades dominantes, senti-me motivada a verificar como os jovens são significados no jornal *Daqui*. Como está descrito pela Organização Jaime Câmara⁶ (2011):

O *Daqui* é fenômeno de vendas nas classes C e D. Lançado em abril de 2007, o *Daqui* apresenta as notícias de forma mais compacta, atrativa e com uma linguagem mais acessível. Esta proximidade ao seu público, associada às já conhecidas promoções, garantem ao jornal expressivas vendas e um público fiel que utiliza o veículo como principal fonte de informação. Com formato econômico e preço popular, busca dar espaço para notícias que influenciam o dia a dia da população e mostra o que de mais importante acontece de forma simples e dinâmica (p.1).

Conforme informa Lemos (2008), o segmento de mídia que ganha maior circulação no Brasil é o de jornais populares como o *Daqui*. Lançado em 2007, ele já é o maior veículo de comunicação impressa de Goiás:

O segmento que mais ganha circulação é o de jornais populares. No pelotão de frente, entre os 30 maiores, são eles que puxam a fila dos índices de crescimento, em especial os mineiros *Aqui MG* (128%) e *Super Notícia* (67%), o goiano *Daqui* (58%) e o fluminense *Expresso da Informação* (27%)... Lançado em abril de 2007, o popular *Daqui* já é o maior jornal de Goiás, repetindo o que havia acontecido no Rio de Janeiro com o *Extra*, e em Minas Gerais, com o *Super Notícia* (LEMOS, 2008, p.38).

Para a realização desta pesquisa, também não posso deixar de situar o percurso acadêmico que instigou meu interesse para a imersão nestas reflexões. Em 2007 produzi uma monografia durante o curso de Pós-Graduação em Juventude Contemporânea, que analisou a cobertura feita pelo jornal *O Popular* sobre os casos de violência policial contra jovens no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006.

Na monografia citada, por meio da teoria do agendamento e do enquadramento, instrumentos de análise do conteúdo midiático, foram verificados enunciados que orientavam o público a uma determinada interpretação dos fatos relativos à realidade da violência policial contra os jovens. Nesta pesquisa ainda foram feitas entrevistas com Divino Rodrigues Barco, membro do *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial* e com Silvana Bittencourt, editora do caderno *Cidades de O Popular* no ano de 2006.

⁶ Conglomerado de comunicação hegemônico em Goiás, filiado à Rede Globo, detentor do maior número de veículos de comunicação no Estado (emissoras de rádio, televisão, jornais e outras mídias). Criada em 1938, a empresa atualmente possui onze emissoras de televisão, oito de rádio e três jornais.

Diante da análise das informações coletadas, percebi, na época, que o enquadramento feito pelo *O Popular* teve enfoque nos depoimentos e laudos da Polícia Militar do Estado de Goiás, sem dar espaço de resposta ou apresentar depoimentos das famílias das vítimas da violência policial ou do *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial*.

A partir destas reflexões pode-se afirmar que, na época, o jornal *O Popular*, em seus enunciados, acabou contribuindo para estigmatizar e sedimentar uma imagem estereotipada em relação à juventude. Ciente que o *Daqui* também é produzido e editado pela Organização Jaime Câmara, busquei, nesta pesquisa, provocar um novo olhar diante das análises anteriores, utilizando agora como referencial teórico/metodológico a análise de discurso francesa (AD). A análise de discurso é uma prática especializada em observar as construções ideológicas presentes em um discurso, considerando não apenas a materialidade da linguagem, como também sua exterioridade (condições históricas, sociais e culturais).

Ela nasceu como um campo pluridisciplinar que internalizou e ressignificou elementos de três campos teóricos principais: a linguística, a psicanálise e o marxismo. Segundo Orlandi (2006), a partir destas três referências, nos estudos da análise de discurso passamos a reconhecer que a língua não é transparente, que o homem se faz na relação com a história de forma opaca e que o sujeito não é transparente nem para si mesmo.

A análise de discurso se constitui no interior as consequências teóricas estabelecidas por três rupturas que estabelecem três novos campos de saber: a que institui a linguística, a que constitui a psicanálise e a que constitui o marxismo. Com a linguística ficamos sabendo que a língua não é transparente; ela tem sua ordem marcada por uma materialidade que lhe é própria. Com o marxismo, ficamos sabendo que a história tem sua materialidade: o homem faz a história, mas ela não lhe é transparente. Finalmente, com a psicanálise é o sujeito que se coloca como tendo sua opacidade: ele não é transparente nem para si mesmo. São, pois, estas diferentes formas de materialidade – de não transparência – que vão constituir o cerne do conhecimento de cada um desses campos de saber (ORLANDI, 2006, p.13).

Assim trabalha a AD, dispositivo que considera que é na materialidade linguística que se articulam história e ideologia⁷. Ela procura compreender a língua fazendo sentido

⁷ O sentido proposto pela análise de discurso para a definição do termo ideologia é outro. Para a AD, a materialidade ideológica só é possível de ser apreendida a partir da materialidade linguística. A interpelação do sujeito em sujeito ideológico se efetua a partir de sua identificação com as formações discursivas que o dominam. Ao interpelar o sujeito e produzir um efeito de evidência, a ideologia produz um processo de naturalização dos sentidos. Segundo Orlandi (1997), para a AD, a ideologia não se define como um conjunto de representações. Ela é uma prática não consciente, que funciona por meio do efeito da relação do sujeito com a língua e com a história para que signifique. Portanto, ao interpelar o sujeito e produzir um efeito de evidência, a

enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social, constitutivo do homem e da sua história, contribuindo ao problematizar as maneiras de interpretar as diferentes manifestações de linguagem.

Diferentemente da análise de conteúdo, a AD considera que a linguagem não é transparente, já que o equívoco e a falha constituem o discurso. Não importa para a AD a intenção do sujeito, mas sim os efeitos de sentido do seu discurso. Partindo desta premissa, entende-se que o sujeito não controla os efeitos de sentidos de seu discurso, inserindo, assim, a exterioridade como elemento que faz parte da produção de sentidos.

...a Análise do Discurso proposta por Pêcheux insere a exterioridade como elemento constitutivo dos sentidos, exigindo, portanto, um deslocamento teórico, de caráter conflituoso, que vai recorrer a conceitos exteriores ao domínio de uma linguística imanente para dar conta da análise de unidades mais complexas da linguagem (GREGOLIN, 2001 p. 12).

Logo, a AD trabalha com a noção de efeitos de sentido, já que, em uma determinada condição de produção, várias formações discursivas são construídas tendo presente não somente sua materialidade, como também sua exterioridade. Portanto, entende-se que o sujeito não controla, nem se assim o desejar, os efeitos de sentido de seu dizer. Orlandi (1997) afirma que a análise de discurso não trata simplesmente de normas gramaticais, mas da análise dos efeitos de sentido de um discurso, com suas próprias regras de leitura, visando permitir uma interpretação contextualizada em um *corpus* de análise. Ainda sobre a construção do *corpus* de análise, para Mazière (2007), na análise de discurso:

...o “estabelecimento de um corpus” se define no contrapé da mera colagem de textos. Estamos falando da construção de um dispositivo de observação apto a revelar, a permitir apreender o objetivo discurso que ele se dá por tarefa interpretar (p.15).

Referência obrigatória da AD, o sujeito é um “lugar de sujeito”, que não tem domínio completo de seu discurso e é interpelado, constantemente, por várias formações discursivas. Logo, o sujeito, dentro desta perspectiva teórica, não é um sujeito empírico, mais sim uma posição sujeito. Ele não é origem de si, já que é interpelado pela ideologia e pelo simbólico, sendo ao mesmo tempo, livre e submisso, determinado pela exterioridade e determinante do que diz. Sua impressão de controle do discurso é sua ilusão.

ideologia produz um processo de naturalização dos sentidos, que vão sendo apropriados no intradiscurso como naturais.

O sujeito da análise de discurso não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso. Isto significa dizer que há em toda língua mecanismos de projeção que nos permitem passar da situação sujeito para a posição sujeito no discurso. Portanto, não é o sujeito físico, empírico que funciona no discurso, mas a posição sujeito discursiva. Enunciador e o destinatário, enquanto sujeito, são pontos da relação de interlocução, indicando diferentes posições sujeito (ORLANDI, 2006, p.15).

Portanto, o sujeito na AD é situado em um contexto histórico e interpelado constantemente pela ideologia. Conforme afirma Roure (2002):

O sujeito na Análise de Discurso apresenta uma certa especificidade na medida em que rompe com a tradição idealista de um sujeito concreto individual e passa a ser considerado como sujeito histórico cuja constituição se dá a partir de sua interpelação pela ideologia (p.180).

Segundo Mazière (2007), a AD possui alguns princípios sólidos, levando em conta a língua como objeto construído pelo linguista e situada em um espaço-tempo; com dupla relação com as heranças das línguas; configurando enunciados heterogêneos segundo um saber linguístico, histórico e filosófico; propondo interpretações; levando em conta dados da língua e da história; e considerando um sujeito enunciador que não é fonte única de seu discurso. É a partir deste marco teórico que discuto a mídia enquanto produtora de sentidos que direcionam determinados gestos de interpretação e representações sobre vários atores sociais, dentre eles, a juventude.

Para Buccie Kehl (2004), diferente da ética pensada pela imprensa em sua origem enquanto instituição responsável pelo relato de notícias e pelo debate de ideias por meio da verdade factual, da objetividade, da transparência, da independência editorial e do equilíbrio, os discursos veiculados pelos veículos de comunicação passaram a produzir significados dominantes, misturando interesses públicos e privados e priorizando informações de entretenimento e de incentivo ao consumo, defendendo os interesses de uma classe hegemônica. Para o autor:

A assim chamada “comunicação de massa”, além de modificar para sempre a própria natureza da imprensa, tende a misturar os domínios da arte e do jornalismo num mesmo balaio de imposturas éticas, prontas para o consumo e inimigas da virtude tanto artística (criar em conformidade com a imaginação) quanto jornalística (falar em conformidade com a verdade factual) (BUCCI; KEHL, 2004, p.127).

No momento em que a comunicação de massa e a imprensa passam a atuar dentro da mesma lógica, fundamentada na sociedade do espetáculo, coloca-se uma questão: a mídia produz a cristalização e difusão de padrões éticos, normas de conduta, padrões ideológicos, linguísticos e imaginários que contribuem para a falta de reflexão. Neste contexto, “estamos subordinados a uma ‘ética’ (grafada assim, com aspas) da violência, do lucro, da exclusão e do espetáculo. Aí estão os padrões éticos consagrados pela *mídia*” (BUCCI; KEHL, 2004, p.133). Portanto, na prática, o sensacionalismo é uma das principais características da grande imprensa devido às determinações empresariais de uma classe dominante e do mercado. Como relata Silva (2002):

Ao meu ver, o sensacionalismo é constitutivo da grande imprensa, justamente em função da sobreposição das determinações empresariais às determinações de uma democratização da informação e da cultura. A enunciação jornalística procura chegar no leitor – esse leitor qualquer, homogeneizado pela imagem popular – através de estratégias em que os títulos, as imagens fotográficas etc., devem funcionar como isca... (p.143).

Segundo Gregolin (2007), na atualidade, a mídia é o principal elemento discursivo em que a sociedade constrói uma história ficcional como sendo real. Trabalhando em um contexto de instantaneidade, ela constrói a história por meio de textos verbais e não verbais, desempenhando o papel de mediação entre os seus leitores e a realidade, influenciando cotidianamente seu imaginário e constituindo suas identidades. Contudo, apesar desta realidade se apresentar como “verdade”, trata-se apenas de uma representação simbólica dela.

Como o próprio nome parece indicar, as *mídias* desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. Na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente... (GREGOLIN, 2007, p.16).

Portanto, a mídia nos atravessa e nos constitui enquanto sujeitos. Sabendo de sua importância na sociedade atual, é necessário considerar que ela é um dispositivo discursivo e linguístico onde realidades são construídas a partir de representações. Por isso a análise de

discurso parece ser uma boa opção para tentar entender sua significação. Gregolin (2007) afirma que a AD interessa cada vez mais pela mídia como objeto de investigação:

A análise do discurso, campo de pesquisa solidamente instalado no Brasil, interessa-se cada vez mais em tomar a mídia como objeto de investigação. A articulação entre os estudos da mídia e os de análise do discurso enriquece dois campos que são absolutamente complementares, pois ambos têm como objeto as produções sociais de sentidos (p.13).

Critério de adoção de fontes: o silenciamento dos jovens e de suas famílias

Após analisar as notícias envolvendo juventude e criminalidade presentes no *Daqui*, foi possível constatar que o jornal realiza uma cobertura a partir de uma discursividade que reforça a criminalização dos jovens moradores das periferias urbanas, que são representados como agentes da violência, baseada principalmente em depoimentos de fontes policiais, efetivando o silenciamento de outras possíveis testemunhas. Além disso, temáticas que poderiam ter uma abordagem positiva, como cultura, lazer, esporte ou mobilizações ligadas à realidade destes jovens quase nunca são abordadas pelo diário.

Ramos e Paiva (2007) reforçam que, em geral, na mídia brasileira, esta cobertura enviesada em relação aos jovens está relacionada ao fato que os jornalistas, em grande parte, utilizam a polícia como fonte exclusiva para o repasse de informações, colaborando para a construção de estereótipos sobre os mesmos e, ao mesmo tempo, promovendo o seu silenciamento, de suas famílias e dos moradores de suas comunidades.

Orlandi (1997) lembra que ao falar, o sujeito utiliza-se de determinados termos para construir o seu discurso, mas poderia fazê-lo de outra forma. Por isto é importante considerar o silêncio como parte constitutiva do discurso, pois quando uma formulação é materializada, outra é apagada. A autora apresenta a política do silêncio (ou silêncio político) como uma forma de silêncio constitutivo ou sob a forma de censura. No silêncio constitutivo, o sujeito, ao produzir determinado enunciado, silencia outros sentidos possíveis, mas não desejados naquele momento. Já na censura, há a proibição da inserção do sujeito em determinadas formações discursivas, o que afeta a sua identidade e nega a sua possibilidade de dizer. Orlandi(1997) explica:

No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o “lugar” que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito (p.81).

Neste contexto, a mídia, ao se utilizar da censura como forma de silenciar diferentes sujeitos envolvidos nos acontecimentos retratados, pode levar à monofonia, uma vez que as vozes autorizadas a falar representam apenas uma versão de determinado acontecimento, controlando os sentidos tidos como aqueles que podem ser repetidos, cristalizando, assim, um único modo autorizado de falar e, conseqüentemente, de interpretar determinadas formações discursivas.

Segundo Orlandi (1997), a repetição do que está dito também significa muito e determina determinados gestos de interpretação para o sujeito leitor. Isto porque, ao silenciar, não há um vazio, já que o silêncio deixa ali seus vestígios como uma presença-ausente. O que está dito dá indício de um espaço que significa, reproduzindo o efeito de um discurso autoritário que se repete e se sedimenta enquanto o que é concreto, como o que é dizível e como o que é possível de se interpretar.

Portanto, ao reforçar os sentidos que confirmam diariamente o envolvimento dos jovens das periferias urbanas com o crime e com o uso e tráfico de drogas e ao silenciar outras possíveis contextualizações sobre a realidade destes jovens, o *Daqui* reforça o que é possível de significar, retirando outras formas de interpretação sobre a realidade destes jovens. Esta estratégia discursiva colabora para que o público leitor do jornal realize leituras parafrásticas, repetindo os sentidos presentes em seus enunciados e não duvidando da suposta transparência e objetividade de sua linguagem.

A ausência de pluralidade de fontes e fatos no jornal acaba por gerar uma cobertura limitada, com pouco aprofundamento. Ao não discutir sobre a realidade dos bairros e comunidades onde os jovens estão, estes lugares são separados dos processos de exclusão que lhes deram origem, reforçando a sedimentação de estereótipos sobre os que ali residem.

O resultado é o não aprofundamento dos fatos, que acabam sendo fornecidos somente por fontes tendenciosas que atuam, muitas vezes, de forma defensiva, como no caso dos agentes policiais. Além disso, este alto grau de dependência reforça a construção de estereótipos sobre os jovens pobres. Kehl (2008) argumenta que os policiais, em muitos casos, precisam apresentar corpos para a sociedade, por meio de notícias publicadas diariamente pelos veículos de comunicação, para provar que estão fazendo seu trabalho contra o aumento dos índices de violência:

...É preciso encontrar suspeitos, enfrentá-los a tiros, mostrar alguns cadáveres à sociedade. Satisfazer nossa necessidade de justiça com um teatro de vingança. A esquizofrenia da condição dos policiais militares foi revelada por algumas notícias de jornal: encapuzados como bandidos, executam inocentes sem razão alguma para, a seguir, exibindo a farda, fingirem ter chegado a tempo de levar a vítima para o hospital... (KEHL, 2008, p.186).

Orlandi (1997) aponta que os sentidos sedimentados no que está dito reforçam efeitos de sentido que levarão o sujeito a ter determinados tipos de interpretação de acordo com o direcionamento reforçado em determinadas formações discursivas. Por isto, ao dizer, diariamente, que os jovens pobres, usuários de drogas, infratores e moradores das periferias urbanas são merecedores do extermínio, este discurso será cada vez mais sedimentado no imaginário de seu público leitor.

Portanto, ao promover uma cobertura de mão única, o *Daqui* produz e reforça a produção de estereótipos sobre a juventude das periferias, contribuindo para que ela seja vista enquanto “perigosa”, “violenta”, “infratora” e, conseqüentemente, como merecedora do extermínio. A partir de enunciados que são repetidos diariamente no jornal, por meio da paráfrase, é ativada uma memória metálica que produz no leitor gestos de interpretação que confirmam a criminalização destes jovens.

A partir das análises feitas nesta pesquisa, pude perceber que o jovem é representado pelo *Daqui* de forma estigmatizada e excludente, sendo visto exclusivamente como marginal e arruaceiro. A cobertura do jornal dá espaço somente aos assuntos relacionados à criminalidade, à violência e ao preconceito diante do infrator ou do usuário de drogas, sendo que temáticas como a cultura, a educação, entre outras, quase nunca são abordadas.

A cristalização deste discurso permite que seus efeitos ideológicos sejam tomados como “verdades universais”, não possibilitando ao público leitor do jornal outros tipos de significação, fazendo com que a violência seja considerada como algo comum e necessário para controlar jovens. Por meio da ficção midiática, há na população uma crescente crença neste imaginário, passando a reproduzi-lo em suas falas e em suas atitudes, sendo, muitas vezes, complacente com a situação de extermínio dos jovens das periferias urbanas, estimulando o preconceito, a invisibilidade e a criminalizações dos mesmos.

Com a propagação de aspectos pejorativos vinculados à sua imagem, estes jovens são atingidos pelos efeitos da degradação da mesma, sendo reiteradamente focados sob as óticas da violência, do extermínio ou do bizarro. Ao reforçar tais estereótipos, estes veículos

sensacionalistas acabam sedimentando uma representação deturpada sobre os jovens, deixando como registro apenas o trinômio “violência-pobreza-juventude”.

REFERÊNCIAS

- A NOVA DEMOCRACIA. O extermínio de jovens em Goiás. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/33/19.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2007.
- BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- CARMO, Paulo Sérgio. Juventude no singular e no plural. *In: HOFMEISTER, Wilhelm. Cadernos Adenauer II, nº6, As Caras da Juventude*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *In: Comunicação, mídia e consumo*. Revista da ESPM. São Paulo, v.4, n.11, 2007.
- _____. Análise do Discurso: os sentidos e suas movências. *In: GREGOLIN, Maria do Rosário et al. Análise do Discurso: entornos do sentido*. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.
- INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto juventude: documento de conclusão*. Rio de Janeiro, 2004.
- KEHL, Maria Rita. *A fratria órfã: conversas sobre a juventude*. São Paulo: Olho D'água, 2008.
- LEMONS, Alexandre Zaghi. *Jornais ganham leitores e anunciantes*. São Paulo: Meio & Mensagem, 2008.
- LIMA, Cristiane; LIMA, Ivair. Fim do poder do bandido. *Diário da Manhã*, p.1, 16 fev. 2011.
- MAZIÈRE, Francine. *A Análise do Discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- ORGANIZAÇÃO JAIME CÂMARA. *Jornal Daqui*. Disponível em: <<http://www.ojc.com.br/index.php?id=/midias/jornal/index.php>>. Acesso em: 31 jan. 2011.
- ORLANDI, Eni. Análise de Discurso. *In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ROURE, GlacyQueiroz de. *Criança-objeto: entre o desejo e o gozo*. Tese (Doutorado em Linguística - Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas), Campinas, 2002.

SILVA, Telma Rodrigues. Jornalismo e divulgação científica. In *RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP*. Campinas: NUDERCRI, n.8, 2002.

WAISELFISZ, JulioJacobó. *Mapa da violência2011: os jovens do Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.